

BOURDIEU ENTRA EM “CAMPO”: O FUTEBOL COMO ESPAÇO AUTÔNOMO DE INTERAÇÕES, DISPUTAS, POSIÇÕES E CONSAGRAÇÕES

Marcelo Cedro¹

RESUMO

Este artigo apontará como o futebol pode ser percebido como um espaço social autônomo permeado de relações interdependentes a partir de agentes, de lutas e de posições. O direcionamento teórico foi conduzido pela *teoria dos campos* de Pierre Bourdieu. A metodologia preocupou-se em um primeiro momento trabalhar os conceitos de *campo* e de *habitus* a partir de breves apontamentos sobre o campo artístico, científico e esportivo para demonstrar o emprego dessas terminologias. No segundo momento, percorrer genericamente as etapas históricas do futebol moderno, enfatizando o caso brasileiro, em suas fases de amadorismo e profissionalismo. Nessa linha de raciocínio, sobretudo, utilizando-se das considerações sobre o campo esportivo bourdiano, este artigo procurará entender o futebol como campo específico.

Palavras-chave: Futebol moderno. Teoria dos campos. Habitus.

Abstract:

This article will point out how football can be perceived as an autonomous social space permeated with interdependent relationships from agents, and fighting positions. The theoretical orientation will be conducted by *field theory* of Pierre Bourdieu. The methodology worried at first work with the concepts of *field* and *habitus* from brief notes on the artistic, scientific and sports to demonstrate the use of these terminologies. In the second phase generally go through the historical stages of modern football, emphasizing the Brazilian case, in its phases of amateurism and professionalism. This line of reasoning, especially, using the considerations on bourdiano sports field, this article seeks to understand football as a specific field.

Keywords: Modern football. Field theory. Habitus.

1. Introdução

Pensar o futebol como dimensão exterior à vida social é compartilhar de perspectiva conservadora e superada, bastante reproduzida durante muitas décadas de que *o futebol é o ópio do povo*. Reduzi-lo a mera distração de assuntos mais sérios e problemáticos da realidade social foi um estratégico discurso amplamente divulgado, inclusive dentro do mundo acadêmico, espaço onde encontrou preconceitos e resistências no desenvolvimento de pesquisas sobre tal temática. Nessa ótica, o futebol – supostamente, ao alienar e despolitizar seus amantes e praticantes – exerceu intensa relação de confronto com a sociedade, sendo, inclusive utilizado como ferramenta política para anestesiar o povo pelo seu forte envolvimento emocional. Priorizava-se, portanto, esse tipo de análise sobre o futebol.

¹ Doutor em Ciências Sociais. Professor Adjunto do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS).

Entretanto, as visões sobre o futebol se expandiram em múltiplas possibilidades, resultantes das produções acadêmicas desenvolvidas recentemente sobre esse esporte que não pode ser mais percebido como dissociado da realidade social e nem como *ópio do povo*. Nesse sentido, o universo do futebol assumiu tamanha abrangência ao ser percebido como fenômeno sociocultural, expressando-se por meio de representações individuais e coletivas vinculadas à construção de identidades, tais como: escolha de estilos de vida, pertencimento clubístico, afirmação pessoal, relações de sociabilidade, internalização de códigos de conduta, práticas de gestos simbólicos e atitudes ritualísticas, provocação de rivalidades, exteriorização de ideais políticos, produção de narrativas memorialísticas, além de inegável força econômica que movimenta a indústria dos negócios e do entretenimento. Pierre Bourdieu contribuiu para expandir o alcance nas análises centradas no futebol ao percebê-lo como um campo autônomo e específico, constituído de regras próprias, de disputas e de consagrações.

2. Bourdieu e a teoria dos campos sociais

De forma geral, pode-se sinalizar que o pensamento de Bourdieu direciona-se na tentativa de compreender a sociedade – não no sentido de sua totalidade –, mas a partir de seus campos sociais que, segundo o intelectual francês, se caracterizam pela autonomia e pelas relações específicas de interdependência.

A obra de Pierre Bourdieu é assinalada pelo viés microssociológico a partir da análise das interações sociais. Desde então, sua perspectiva sociológica focaliza as ações individuais coordenadas e se distancia de abordagens que veem o indivíduo com pouca importância analítica ou o classificam de associal, isolado ou agente de si mesmo. O cientista social critica as teorias macrosociais baseadas em padrões universalistas ao considerar que nem todos são condicionados por normas funcionais e regras estruturais. No entanto, não é a intenção de Bourdieu alimentar a dicotomia entre macro e microssociologia. Para isso, formula conceitos que são centrais na compreensão de seu olhar sociológico. Vandenberg (2006, p. 316) sustenta que na década de 1980 houve maior visibilidade de intelectuais das Ciências Sociais como Giddens, Habermas, Luhman dentre outros, inclusive Bourdieu, na condução de novo direcionamento teórico que superasse a oposição entre a macro e a microssociologia que dividiu a sociologia pós-parsoniana desde o pós-guerra.

Nesse sentido, Bourdieu abandona o conceito geral de sociedade e admite que ela é constituída por vários campos sociais resultantes das interações entre os indivíduos. O intelectual francês apregoa ser necessária a utilização do conhecimento teórico articulado à pesquisa empírica para analisar situações específicas e refutar os modelos universalistas “embrulhados em metadiscursos” (BOURDIEU, 2007, p. 59). Mediante tais intenções epistemológicas, seu embasamento teórico é influenciado por releituras e adaptações de conceitos formulados por Marx, Weber, Durkheim, Levi-Strauss dentre outros cientistas sociais.

Desde então, constata-se o importante papel exercido pela pesquisa empírica por meio de exemplos demonstrados e pela atividade prática na construção do processo cognitivo.

Não podemos capturar a lógica mais profunda do campo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como caso particular do possível, isto é, uma figura em um universo de configurações possíveis. (BOURDIEU, 2005, p. 15)

Os campos sociais são definidos como “um universo relativamente autônomo de relações específicas e objetivas entre as posições ocupadas pelos seus agentes que determinam a forma de tais relações” (BOURDIEU, 2007, p. 66). A teoria dos campos de Bourdieu se inscreve na interação entre os indivíduos que irão constituir determinado tipo de relações. Nesse sentido, as estruturas não seriam as condicionantes gerais de comportamento, mas sim o *habitus* é que seria o norteador para que o agente possa transitar e conviver dentro do campo social específico.

Sob essa perspectiva, o conceito de *habitus* é importante na obra de Bourdieu para compreender a noção de “campo” como resultado das interações sociais. Bourdieu (2005) expressa que esse conceito foi uma reação ao paradigma estruturalista e à “noção levi-straussiana de inconsciente” do qual contesta suas regras universalistas.

A pesquisa realizada por Bourdieu (2005) – durante a década de 1960 – na região noroeste da França oferece elementos para compreender o conceito de *habitus*. Em “O camponês e seu corpo”, o autor analisou na região de *Beárn*, cenário onde passou parte de sua infância, o comportamento dos membros daquela comunidade a partir da consciência incorporada pela posição social. Utilizando-se do método etnográfico, frequentou e observou o baile local na intenção de investigar se o nascimento na zona rural ou no vilarejo próximo influenciava o direcionamento matrimonial. Considerando o baile como o evento que oferecia oportunidade de encontro entre os sexos, sobretudo entre os jovens, considerou que, durante aquela ocasião, os camponeses se reuniam à parte não se entrosando com as moças do vilarejo. Assim, pôde perceber certa disfunção entre o rural e os moradores da área urbana.

Desde então, as características corporais como forma de andar, de conversar, de se vestir tornaram-se evidentes para observar o *habitus* do camponês solteiro que se sentia desconcertado para dançar com as jovens ali presentes, alegando que a música “urbana” não é para eles. De fato, Bourdieu (2006, p. 86) afirma que a música da cidade exigia novas técnicas corporais que “demandam uma verdadeira mudança de natureza, dado que o *habitus* corporal consiste naquilo que se vive como mais natural, aquilo sobre o que a ação consciente não tem controle”. O camponês se sente incorporado pela imagem que os outros fazem de si, como também pela consciência que tem de si mesmo, tornando-se introvertido e tímido, sobretudo em relação ao seu corpo, gestos e aparência. Desde então, temeroso de se expor ao ridículo se sente embaraçado para dançar nos bailes locais que reúnem jovens solteiros daquela comunidade. A partir dessa investigação, o conceito de *habitus* irá acompanhar o pensamento de Bourdieu (*apud* ORTIZ, 2003, p. 53) no qual ele conceitua como “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes”. O autor esclarece que o emprego do termo “disposição” exprime tendência, propensão e inclinação, o que não significa

ser a obediência cega às regras universalistas, mas uma reação objetiva e prática daquilo que o indivíduo carrega consigo – em sua trajetória pessoal e social – do que incorporou das estruturas vigentes naquele campo específico no qual se situa. É o conhecimento adquirido que permite transitar no campo social como postura, linguagem, comportamento facilitando a tomada de decisões visando à consagração e à competição. Nesse sentido, a noção de *habitus* se inscreve na linguagem, no comportamento, na postura, no entendimento das regras específicas de um campo social, permitindo a tomada de decisões e de estratégias para transitar naquele campo. Um conjunto de respostas incorporadas – por exemplo, à posição ou origem social, às especificidades de um lugar etc. – que agem como resposta a uma dada realidade social em um processo de interiorização. Desde então, não é uma condicionante estrutural generalizada, mas depende de outras variantes incorporadas ao agente que reage a partir desse *habitus* incorporado. Bourdieu (1990, p. 79) expressa que essa noção está “ligada ao esforço para sair do objetivismo estruturalista sem cair no subjetivismo”.

Desse modo, a análise sociológica de Bourdieu foge à análise exclusivamente estruturalista e universalista de uma sociedade, pois nem todos agem conforme as regras sociais como um todo. A análise universal da estrutura muitas vezes não se aproxima das práticas individuais devido ao grau de imprevisibilidade e do conhecimento adquirido por meio das primeiras experiências (*habitus* primário) e na vida adulta (*habitus* secundário) do indivíduo. As reações do indivíduo podem variar – assim como podem se alterar as relações sociais – a partir das situações práticas observadas pelas interações. Para isso, a sociedade se decompõe em vários campos específicos que possibilitam a leitura de *habitus* conforme a posição ocupada pelo indivíduo no campo social.

Desse modo, Bourdieu refuta correntes macrosociológicas orientadas pela hipótese de que as estruturas culturais, econômicas, sociais etc. como normas, padrões e outras condicionantes norteariam as ações coletivas e individuais. Por exemplo, estudar um determinado fenômeno – cultural, social, religioso etc. – para entender a totalidade daquela sociedade.² Por intermédio das interações e da teoria dos campos, Bourdieu tentou perceber como os indivíduos reagiam a essas condicionantes transformando-se em agentes de um microuniverso específico e autônomo. Nem todos os indivíduos – na prática – apresentavam os mesmos resultados elaborados teoricamente pelas estruturas. Miceli (2007, p. XX) – mediante oposição à tradição sociológica francesa – registra que

[...] Bourdieu recusa-se a tornar o agente social mero suporte de estruturas investidas do poder de determinar outras estruturas e institui como objeto as leis segundo as quais as estruturas tendem a se reproduzir produzindo os agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e contribuindo, por esta via, para reproduzir tais estruturas.

² Malinowski analisou a *kula* para compreender como funcionava a sociedade dos trobianeses; Marcel Mauss observou o *potlach* (sistema de trocas econômicas) para investigar o funcionamento de tribos polinésias e do noroeste americano, desenvolvendo, assim, sua teoria da dádiva como fato social total. Lévi-strauss sinalizou que os costumes são reproduzidos de forma inconsciente.

Paradoxalmente, não se descarta a possibilidade de classificar sua obra de estruturalista, embora de forma revisitada segundo ele mesmo admita: “...acho que fiz com que o estruturalismo sofresse uma modificação importante” (BOURDIEU, 2000, p. 47). Bourdieu explica essa assertiva ao perceber que as estruturas nas manifestações simbólicas não são mecânicas, mas vinculadas a um processo de aprendizagem individual ou coletivo, por meio de uma trajetória, o que permite que as pessoas se comportem de formas distintas e não generalizantes. As pessoas podem reagir de outra forma àquela esperada pelos condicionantes das teorias universalistas. Bourdieu sugere àqueles que desejam rotular sua obra para utilizarem a expressão “estruturalismo genético”, pois sinaliza que

É na prática individual ou coletiva que são geradas as estruturas sociais – por exemplo, os campos sociais e as oposições segundo as quais eles se organizam – e que se constituem (por aprendizado) as estruturas cognitivas, os esquemas de pensamento, de percepção e de ação que orientam a prática (BOURDIEU, 2000, p. 48)

No entanto, apesar do espaço social ser um campo autônomo e específico de relações, Bourdieu (1983, p. 89) constata a existência de características invariáveis que podem ser empregadas na compreensão de diversos campos, sejam eles artístico, científico, universitário, religioso, político, econômico ou esportivo, dentre tantos outros. Cada campo é permeado de normas e procedimentos particulares inscritos em um universo próprio de um público específico. A especialização racionalizada e objetiva de como agir dentro de um campo é que torna eficaz o seu funcionamento e sua reprodução, no entanto a imprevisibilidade altera as relações dentro do campo. Remete ainda que o campo é constituído por agentes em constante luta por posições e por espaços internos a partir das relações de interdependência entre indivíduos, grupos e instituições. Nesse sentido, emprega o termo capital – no sentido marxista de *valor que gera valor* – e o interpreta a partir de outras dimensões: simbólica, política, cultural, social etc. como forma de dominação e de tomada de posições dentro do campo.

O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital: físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. (BOURDIEU, 1996, p. 107)

As características invariáveis – autonomia, consagração, competição, dominação simbólica, *habitus* etc. – podem ser percebidas nos múltiplos campos sociais. Na intenção de ilustrar esse raciocínio, seguem algumas breves considerações sobre o campo artístico, político e científico para facilitar o esclarecimento sobre o objetivo central deste trabalho: o futebol como subcampo esportivo.

Para analisar o campo artístico, por meio do subcampo literário, Bourdieu (1996) no livro “Regras da arte” se utilizou de procedimentos metodológicos sustentados pela literatura de

Flaubert, Zola, Gautier, dentre outros artistas, sobretudo do século XIX, para demonstrar como a arte é um campo de poder e de relações sociais que se articulam entre si. Dessa forma, por intermédio dos personagens literários, identificou suas posições sociais situadas na composição do campo de poder. Além do mais, registrou os polos que compõem o campo artístico: a arte vinculada à corte, a arte pela arte e a arte burguesa.

Bourdieu (1996, p. 21) define os salões aristocráticos como espaços interativos de “personagens ilustres da arte, da ciência e da política”. Os salões “recebem homens e mulheres da vida” e “transbordam de objetos de arte”, cujos assuntos discutidos giram predominantemente em torno de ambições políticas e da “condenação aos vícios e das necessidades das classes baixas”. No entanto, também reúnem convidados pertencentes aos setores médios como arquiteto, farmacêutico, representante de vinhos e funcionário de companhia de seguro. Em outro polo, Bourdieu (1996, p. 22) também inscreve o comerciante de quadros como o “representante do dinheiro e dos negócios no seio do universo da arte”. Para ele, o papel desse “industrial da arte” é conectar o valor artístico ao valor financeiro e explorar e promover o artista e sua obra para cair no gosto burguês.

Nesse sentido, existem os defensores da arte pura, da “arte pela arte”, isto é, da linguagem livre, pelo reconhecimento simbólico do artista e pelo valor da arte em si mesma. Mas também registra a existência dos artistas consagrados pelo público burguês que, “...a indústria artística é também capaz de explorar economicamente o trabalho dos artistas porque é uma instância de consagração que governa a produção dos escritores e dos artistas” (BOURDIEU, 1996, p. 22). Assim, os salões exercem – além da função de espaços de encontro das elites – a função de articulação e de troca dentro do campo. O talento, o carisma e a consagração, como também o reconhecimento e a gratificação simbólica e material serão articulados entre os patrocinadores da arte e os artistas, distanciando-se da arte pura em si mesma.

Desde então, caracteriza o campo artístico a partir de uma rede autônoma de relações, sobretudo a partir da profissionalização do artista. Afirma que a demanda do mercado pelas obras de arte, emancipou o artista do mecenas da corte. Novos agentes, formas de linguagem e de disputas se constituíram desde então. O talento do artista como sua vocação não eram mais condições exclusivas para sua consagração. Toda uma rede de interações estava à sua volta como críticos, curadores de exposições, a imprensa, o mercado de bens culturais etc., além do *habitus* desempenhado pelo artista. Essa transformação descrita por Bourdieu permitiu que se identificasse nesse campo o embate entre aqueles que ainda defendiam a arte pura e desinteressada com aqueles que se sujeitavam às regras do mercado. O reconhecimento do artista não é caracterizado exclusivamente pela sua capacidade, mas permeado por outras circunstâncias e agentes como: redes de amizades, oportunidades, lucros, confiança no sentido de medição do artista para atingir o sucesso diante do público.

Em raciocínio semelhante, Bourdieu (2007, p. 164) caracteriza o campo político como “campo de forças e das lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”. Expressa que essa disputa é visualizada na relação entre mandantes, mandatários e instituições, sobretudo pelas distâncias que os separam

dos instrumentos da produção política. Nesse sentido, atesta que o campo político é “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”. Complementa ainda que aqueles cidadãos comuns os quais se acham em situação distanciada desse campo são reduzidos à condição de meros consumidores de projetos e propostas. Desde então, suas escolhas podem ser equivocadas a partir da distância desse campo e pela ausência do *habitus*. Bourdieu aponta que o *habitus* político se caracteriza pelo processo de aprendizagem e de domínio das linguagens e saberes necessários para saber lidar com o debate e transitar na esfera política mediante objetivos de consagração. Nesse sentido, a prática política requer o *habitus* político para perceber seus “valores, hierarquias, censuras e constrangimentos” (BOURDIEU, 2007, p. 170).

Sobre o campo científico, destaca que o avanço da ciência articula-se com a disputa interna entre os agentes por posições objetivas, pela definição de hierarquias e por capital simbólico dentro do campo, isto é, a busca pela consagração, autoridade e legitimidade científicas. Nesse sentido, Bourdieu afirma que o progresso da ciência está vinculado a esse processo de competitividade entre aqueles agentes que se inscrevem nesse campo como forma de busca pelo reconhecimento entre pares que contribui sobremaneira para o desenvolvimento científico. Desde então, a disputa pelo poder dentro do campo se inscreve na luta pelo poder simbólico mediante a manutenção e preservação da integração social dentro de determinado campo.

3. O campo esportivo e o futebol

Bourdieu (1983, p. 136) expressa que a prática dos esportes e seu consumo são “ofertas destinadas a encontrar uma certa demanda social”. Aponta para um espaço próprio em que isso se estabelece no qual obedece à história e à lógica específicas. Bourdieu interroga como o esporte moderno se tornou esse conjunto de instituições, agentes e práticas de consumo. Identifica o campo esportivo como constituído por um microuniverso de especialistas que vão desde aqueles que praticam o esporte até aqueles que se inscrevem nos bastidores como “...produtores e vendedores de equipamentos, instrumentos, vestimentas e de serviços necessários à prática do esporte como professores, instrutores, treinadores, médicos especialistas, jornalistas esportivos etc., como também os promotores dos eventos” (BOURDIEU, 1983, p. 137). No entanto, sinaliza que esse universo esportivo se constitui em um campo de relações e de interações no qual seus agentes disputam posições e utilizam estratégias de concorrência. No campo esportivo, busca-se a consagração, desde então Bourdieu afirma que é um campo de concorrência e de disputas e também se pergunta desde quando esse campo de concorrência, com seus agentes, instituições e interesses específicos começou a funcionar. Destaca que o campo esportivo possui sua autonomia e não pode ser somente relacionado ou articulado com condições sociais, políticas e econômicas de dada sociedade ou contexto social. Sendo assim, afirma que o estudo do fenômeno esportivo é mais amplo, já que possui autonomia, regras próprias, crises, etapas e cronologias. Atribui ao profissionalismo esportivo a consolidação e a reprodução desse campo a partir de suas instituições e agentes.

Bourdieu interroga quais as condições para que houvesse a transição do jogo – como prática lúdica e ritual – para o esporte moderno. Como é possível que uns esportes atraíam maior público e praticantes do que outros?

Quais são as condições sociais de possibilidade de apropriação dos diferentes produtos esportivos assim produzidos, prática do golfe ou do esqui, leitura de jornais esportivos, reportagem televisada da copa do mundo de futebol? Como se produz a demanda dos produtos esportivos, como as pessoas passam a ter o gosto pelo esporte e justamente por um determinado esporte mais do que por outro, enquanto prática ou enquanto espetáculo? (BOURDIEU, 1983, p. 136)

Na intenção de compreender a formação e autonomização do campo esportivo, Bourdieu sugere que, apesar de cada modalidade esportiva possuir história distinta e específica, a transição do jogo – em suas diversas modalidades antigas – ao esporte moderno pode ser percebida no processo de formação das escolas destinadas aos membros das elites burguesas. Desde então, aponta esse momento como importante para compreender a constituição gradual do campo esportivo na aquisição de sua autonomia com a modernidade.

Bourdieu assinala que as escolas aristocráticas e burguesas, sobretudo da Inglaterra e da França, adotaram os “jogos populares” e os converteram em atividades corporais desempenhadas como parte do currículo acadêmico para os filhos de membros das elites. No contexto pré-capitalista de diversas sociedades, os jogos eram associados ao aspecto lúdico – sem regras –, mas também articulados a um processo de ritualização social, isto é, vinculados ao calendário religioso, à delimitação de estações do ano ou às festas de colheita. Bourdieu identifica nova significação do jogo popular quando é retomado pelas grandes escolas das elites sociais.

A escola, lugar da *skhole*, do lazer, é o lugar onde as práticas dotadas de funções sociais e integradas no calendário coletivo, são convertidas em exercícios corporais, atividades que constituem fins em si mesmas, espécie de arte pela arte corporal, submetidas a regras específicas, cada vez mais irredutíveis a qualquer necessidade funcional, e inseridas em um calendário específico. (BOURDIEU, 1983, p. 139)

Nesse sentido, percebe-se que o esporte moderno adquire um fim em si mesmo, isto é, constitui-se em um conjunto de disposições próprias e deixa de estar vinculado à ritualização social como era em sociedades pré-capitalistas. Bourdieu aponta que a partir desse momento o esporte moderno inicia seu processo gradual de autonomia. Cabe destacar a analogia realizada com a arte pura e descompromissada:

O que é adquirido na e pela experiência escolar, espécie de retiro do mundo e da prática, do qual os grandes internatos das escolas de elite representam a forma acabada, é a inclinação à atividade para nada, dimensão fundamental do *ethos* das elites burguesas que sempre se vangloriam de desinteresse e se definem pela distância eletiva – afirmada na arte e no esporte – em relação aos interesses materiais. (BOURDIEU, 1983, p. 139)

A transformação dos jogos populares em práticas esportivas escolares auxiliou o desenvolvimento de certa “filosofia aristocrática” na composição do esporte puro vinculado à educação. Desde então, as escolas abrigavam os filhos de aristocratas como também de membros da alta burguesia, e esta incorporou seus princípios dando-lhes novos significados. A educação burguesa se utilizou das práticas esportivas como ferramenta de aquisição de valores e formação de lideranças: coragem, disposição e virilidade, em suma, formar “o *ethos* das frações dominantes da classe dominante realizado através das grandes instituições de ensino privado, destinadas prioritariamente aos filhos dos dirigentes da indústria privada” (BOURDIEU, 1983, p. 141). Assim, pressupõe-se que o ideal aristocrático que transformou o jogo em práticas esportivas nas instituições elitistas foi incorporado também pela alta burguesia no sentido de formar seus futuros líderes – dotados de “energia, vontade e iniciativas” para administrar as grandes empresas capitalistas. Desde então, Bourdieu percebe que os valores transmitidos pela moral burguesa iam além da diversão e do entretenimento aristocráticos e privilegiavam a educação, o caráter, a vontade de vencer e o esporte, sobrepondo-se à instrução, à inteligência e à cultura. A prática esportiva traduzia-se no desenvolvimento da honra, da lealdade, da liderança e da superação.

Além disso, Bourdieu expressa que, antes mesmo de considerar o esporte um instrumento de formação de virtudes, era ferramenta de controle dos jovens pelas *public schools* do século XIX, nas quais deveriam ocupar o tempo de seus alunos – que ali permaneciam em horário integral – com atividades “sadias” nas quais pudessem extravasar o ímpeto violento contra si mesmos e não contra instituições e professores.

Todavia, não somente a ideia do *fair play*³ estava presente no processo de autonomização do campo esportivo, mas também pela gradual racionalização das práticas esportivas na intenção de “assegurar a previsibilidade e a calculabilidade”, isto é, na instituição de regulamentos e dirigentes especializados. Bourdieu (1983) constata que a elaboração dessas regras ficou a cargo dos ex-alunos (*old boys*) das escolas inglesas, conforme também assinala Murray (2000, p. 21):

Os internatos particulares ingleses não inventaram o futebol. Porém foram seus *old boys* que – depois de entrarem no comércio ou iniciarem sua vida profissional, e ansiosos em continuar praticando os esportes favoritos da faculdade – deram o impulso para a elaboração dos primeiros regulamentos nacionais.

3 Definida por Bourdieu (1983, p. 139) como “a maneira de jogar o jogo dos que não se deixam levar pelo jogo a ponto de esquecer que é um jogo, dos que sabem manter a distância em relação ao papel”.

Murray (2000, p. 20) destaca ainda que, a partir da metade do século XVIII, devido às transformações industriais e urbanas pelas quais passava a Inglaterra “...os jogos disputados em campos abertos da zona rural foram adaptados para as ruelas e superfícies duras das novas comunidades urbanas”. Os investimentos infraestruturais, sobretudo em estradas e em transportes, destacando-se as ferrovias, facilitaram o deslocamento e permitiram que os jogos fossem disputados fora das comunidades locais, havendo integração entre cidades e regiões. Desde então, “essa expansão envolvia acordos sobre regras e a criação de um órgão dirigente nacional” (MURRAY, 2000, p. 21).

O futebol seguiu a lógica dos outros esportes,⁴ em que a regulamentação padronizada foi necessária na expansão autônoma e racionalizada, já que cada escola possuía suas regras próprias. Nesse sentido, o processo de autonomização seguia curso por meio da elaboração de predisposições próprias que, além dos atletas, contava com dirigentes especializados que fixavam normas de participação, regulamentos de competição, solução de conflitos, imposição disciplinar e concessão de títulos. Sob essa perspectiva “a autonomia relativa do campo das práticas esportivas se afirma mais claramente quando se reconhece aos grupos esportivos as faculdades de auto-administração e regulamentação” (BOURDIEU, 1983, p. 140).

A intenção era unificar as regras que variavam de acordo com a instituição escolar. As instituições de Winchester, Harrow, Cambridge e Rugby School, por exemplo, praticavam – entre elas – futebol com regulamentos distintos. As variações resumiam-se quanto às dimensões do campo de jogo; na permissão ou não de se tocar a mão na bola e na proibição ou não do jogo violento resultante do agarramento de adversários. As discussões e controvérsias permitiram que os esportes como o futebol e o rúgbi seguissem caminhos diferentes quanto ao seu conjunto de regulamentações e de instituições. De forma simbólica, atribui-se ao ano de 1863 o marco inicial do futebol moderno a partir da adoção das “Regras de Cambridge” na formação da Associação de Futebol de Londres (*Association Football*).⁵ No entanto, essa discussão estava longe de assumir o consenso entre as instituições e aqueles que aderiram às novas normas, consequentemente formaram ligas distintas de futebol e de rúgbi nos anos seguintes.

Esse debate – acerca das variáveis formas de futebol e seus respectivos regulamentos – se estendeu, por meio da imprensa, aos outros países de língua inglesa: Escócia, Irlanda, País de Gales, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos. Todavia, nas “colônias” inglesas o futebol foi preterido pelo rúgbi e, no caso norte-americano, reformulado nas universidades.

Portanto, na virada do século XX, diversas formas de futebol floresciam nos países de língua inglesa, no antigo Império Britânico. Com poucas exceções, só o futebol foi adotado pelos povos que não falavam inglês, tornando-se o esporte mais popular do mundo. (MURRAY, 2000, p. 23)

4 A Revolução Industrial permitiu que houvesse a regulamentação prematura dos esportes na Grã-Bretanha em relação a outros países. Assim, foram fixadas regras para as corridas de cavalo (1750); golfe (1754); críquete (1788); alpinismo (1857); atletismo (1866); natação (1869) dentre outros. Ver Murray (2000).

5 O termo *soccer* é uma derivação de *association football*, Murray (2000, p. 20).

O futebol era disputado pelas instituições escolares e estava impregnado pelo discurso elitista-burguês de agregar ao jovem atributos de caráter e de liderança. Só posteriormente esse esporte se popularizaria com a adesão de jogadores provenientes das classes operárias e também sendo “identificado como esporte dos imigrantes que buscavam ascensão social e cidadania em outro país” (MURRAY, 2000, p. 41). Desde então podem ser visualizadas disputas entre as classes altas, médias e baixas pela busca de posições no campo futebolístico, conforme sinaliza Bourdieu (1983, p. 142): “o esporte, como toda prática, é um objeto de lutas entre frações da classe dominante e também entre as classes sociais”.

A expansão do futebol atingiu o continente europeu⁶ e se expandiu – em finais do século XIX – até a América do Sul, sobretudo pela influência britânica de operários – principalmente das estradas de ferro, companhias de gás e de extração mineral –, e de marinheiros nas cidades de Buenos Aires (Argentina), Montevideu (Uruguai) e Santiago (Chile). Mas também nessas localidades o esporte foi organizado nas escolas no sentido de constituir as regras das competições e incentivar a fundação das associações locais de futebol.

No Brasil, o futebol foi incorporado – na virada do século XX – aos clubes de lazer exclusivos aos esportes náuticos praticados pelas elites. Desde então, muitos clubes tradicionais criaram departamentos específicos de futebol. No entanto, a prática desse esporte ia se popularizando e outros clubes iam sendo criados exclusivamente pela motivação futebolística. Além disso, Santos Neto (2002) observa que a entrada do futebol no Brasil encontrou cenário favorável na transição do Império para a República. Propostas de renovação educacional eram debatidas na intenção de melhorar a qualidade do ensino. Nessa perspectiva, destaca-se o deputado liberal Rui Barbosa que apresentou na Câmara do Império projeto de reforma educacional pública, já que as estatísticas sobre a realidade escolar brasileira eram alarmantes. Dessa forma, Santos Neto (2002, p. 14) registra a sugestão de Rui Barbosa para as aulas de educação física nas escolas: exercícios realizados ao ar livre – racionalmente variados para o funcionamento harmônico dos músculos –, além da prática de jogos recreativos para o aprendizado moral do espírito. O mesmo projeto educacional ainda contava com a fundação da Escola Normal de Ginástica no sentido de formação de docentes e a obrigatoriedade da introdução de atividades esportivas nos colégios fora do horário regular das aulas. E ainda:

Em busca de modalidades que se enquadrassem no perfil recomendado pelo ilustre deputado, as melhores instituições de ensino do país decidiram enviar “embaixadores” a vários colégios europeus. Lá, pela primeira vez, o futebol virou uma opção para o Brasil. (SANTOS NETO, 2002, p. 15)

Constata-se então que o surgimento e difusão do futebol no Brasil estiveram vinculados às reformas curriculares educacionais e à existência de clubes, cujos associados – membros das elites – praticavam esportes náuticos, tênis, críquete dentre outros. No entanto, também os funcionários das fábricas, inicialmente ocupantes dos melhores cargos – sobretudo de procedência inglesa na

⁶ Para mais detalhes consultar MURRAY (2000).

América do Sul e no Brasil – se organizavam em equipes futebolísticas. Gradualmente, operários e trabalhadores das classes populares organizaram suas equipes de futebol, fato que impulsionou a criação de muitos clubes ainda existentes em diversas regiões do Brasil. Pode-se vincular essa prática popular ao surgimento das fábricas na área urbana, motivando seus trabalhadores a aproveitarem as horas de folga mediante o jogo de futebol. Todavia, para evitar possíveis lacunas quanto aos aspectos históricos e sociológicos do surgimento do futebol no Brasil e também no cenário internacional, embora a literatura venha cada vez mais se expandido sobre essa temática, ela não será aqui aprofundada, já que desviaria da proposta inicial deste trabalho.

Percebe-se que a constituição do futebol como subcampo esportivo vai se estruturando a partir de várias etapas: do jogo popular às práticas corporais; dos regimentos escolares até a conformação das regras; das ligas entre instituições à fundação de clubes futebolísticos por intermédio das elites ou de setores populares. No entanto, Bourdieu (1983, p. 145) sinaliza que o profissionalismo delimitou a autonomia do futebol e sua popularização destinada ao consumo de massa. Além disso, ainda vincula o amadorismo como prática de elite e o esporte-espetáculo como produzido por profissionais. “A teoria do amadorismo faz do esporte uma prática tão desinteressada quanto a atividade artística” (BOURDIEU, 1983, p. 140).

Nessa fase amadora no Brasil, as ligas esportivas de clubes e o futebol praticado na várzea marcaram o final do século XIX e início do século XX. Desde então, “no início da década de 1920, o futebol se consolidara como o esporte mais popular do Brasil e nos anos 1930, ele já lotava estádios, estimulava a rivalidade entre torcedores e produzia seus grandes ídolos” (SANTOS, 1999, p. 3). O debate sobre o profissionalismo do futebol levantava polêmicas quanto àqueles que defendiam a manutenção do amadorismo, sobretudo disputas entre classes altas e setores médios. O discurso de preservação do ideal harmônico entre corpo e mente juntamente com o controle elitista das ligas e competições esportivas confrontava-se com a inevitável aceitação de equipes de formação popular com jogadores negros e de “baixa” procedência social. No entanto, a popularização do esporte, a difusão do rádio, a elevação quantitativa de torcedores, dentre outros aspectos, contribuiriam para a profissionalização do futebol.

A exigência de torcedores para manter jogadores em seus times, que estavam sendo aliciados por clubes estrangeiros, permitiu que a remuneração fosse instituída no Brasil. Todavia, muitas vezes essa remuneração não era declarada, sendo oferecidos presentes e privilégios. Desde então, coexistiam um profissionalismo disfarçado com o amadorismo, até que, de forma emblemática, quando a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) iniciou a cobrança de ingressos nos jogos disputados em meados de 1930. Segundo Santos (1999), atribui-se a esse episódio o lançamento das bases do profissionalismo do futebol brasileiro até sua oficialização em 1933.

No decorrer do século XX, por meio de competições nacionais e internacionais entre clubes e seleções, o futebol foi adquirindo gradualmente contornos profissionais e novos personagens que se inscreviam nesse subcampo esportivo como: técnicos, preparadores físicos, jornalistas esportivos, locutores etc. O futebol passou a ser considerado um espetáculo de massa, sobretudo pela sua difusão televisiva.

O reconhecimento internacional do futebol brasileiro, principalmente após as vitórias nas Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, alimentou o discurso de futebol-arte, isto é, o jogo que destaca o talento, o improvisado, a espontaneidade, o dom artístico e o toque de bola do atleta. A manchete e reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, em edição comemorativa dos cinquenta anos da conquista da copa do mundo de 1958, sustenta essa afirmativa:

Primeira Copa, conquistada na Suécia, põe o Brasil no mapa e consagra a geração que transformou a bola numa ferramenta a serviço da arte. A magia e o brilhantismo de jogadores como Pelé e Garrincha eram a mais clara demonstração do ciclo virtuoso social e cultural que o Brasil de então experimentava. Surgia a lenda da habilidade nacional no manejo da bola. (FOLHA DE SÃO PAULO, 29 jun. 2008)

No entanto, as mudanças que se operaram no futebol, tanto no âmbito internacional – a partir da década de 1970, e no Brasil, a partir de finais dos anos 1980 –, configuraram no desenvolvimento cada vez maior do profissionalismo e na concepção do futebol como megaevento gerador de receitas econômicas e investimentos financeiros. Assim aponta Pimenta (1999, p. 132):

O futebol configurou-se em um negócio altamente rentável e, pouco a pouco, vem impondo outros procedimentos à formação de atletas, à relação contratual entre atleta e clube, às condutas dos torcedores nos estádios, ao gerenciamento das atividades esportivas, enfim, o futebol entra no rol das empresas privadas com a intenção de aferir lucros.

Essas reconfigurações ocorridas no futebol coadunam com a visão de Bourdieu no processo de autonomização do campo esportivo. O futebol se tornou um espaço autônomo cada vez mais complexo e especializado, cujos desdobramentos vão se intensificando além de sua prática.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a relação íntima entre o atleta e o talento, compartilhada pelos adeptos do futebol-arte, não são mais precondições exclusivas para a consagração de jogadores ou de conquistas de campeonatos. O discurso do futebol-força e de resultados é considerado mais eficaz do que o futebol-arte.

Em analogia ao campo artístico, Bourdieu (1996) percebeu que os curadores, os críticos, as galerias e as bienais assumiram papéis principais na consagração do artista. No futebol, além dos jogadores e da comissão técnica que compõem o elenco de um time, ainda participam direta e indiretamente do campo:

- a) dirigentes esportivos compostos em hierarquias e cargos nos clubes e federações, seguido de funcionários administrativos diversos;
- b) tribunais desportivos, comissões de arbitragem e advogados especializados;
- c) torcedores e torcidas organizadas que consomem o futebol em produtos e em estilos de vida;

- d) mercado de artigos esportivos diversos como bolas, uniformes e produtos patenteados com as marcas dos times *de coração*;
 - e) empresas patrocinadoras que estampam suas marcas nos uniformes, nas placas publicitárias dos estádios, em entrevistas coletivas, nos comerciais televisivos durante as transmissões. Essa prática também vem sendo realizada pelo poder municipal e por instituições estatais como Petrobrás e Eletrobrás.
 - f) apostadores em loterias esportivas;
 - g) investidores que detêm os direitos do atleta, empresários e procuradores de jogadores, “olheiros” em busca de novos talentos;
 - h) redes de rádio e de televisão (com direitos de transmissão) que mobilizam profissionais para as transmissões dos jogos;
 - i) jornalistas, narradores, comentaristas, chargistas e cronistas esportivos presentes em todas as mídias disponíveis;
 - j) fisiologistas, médicos, nutricionistas, psicólogos, e todo aparato científico disponível para o melhor rendimento do atleta.
- O avanço do profissionalismo repercute e suscita críticas:

Escrevi mil vezes que os treinadores se tornaram as estrelas do futebol. Não são mais. As estrelas são agora os investidores. Cada vez mais, eles influenciam as decisões técnicas. Brevemente, as escalações vão ser decididas na sala dos investidores. Ou isso já acontece em alguns clubes? Como o time precisa ganhar para dar lucro, os técnicos terão de escalar os melhores e os mais rentáveis. Nem sempre será possível. Muitos acham que esse é o único caminho do profissionalismo. É também o da promiscuidade. (□O futebol trocou de dono□, Tostão, FOLHA DE SÃO PAULO, 14 dez 2008)

Desde então, o sentido e o funcionamento do futebol se relacionam com as posições ocupadas pelos agentes envolvidos que se utilizam de estratégias de disputa na intenção de conquistas e de consagração. Sob essa perspectiva, o futebol pode ser percebido como um local de competição entre seus atores cuja concorrência ajuda a reproduzir, transformar e manter a autonomia do campo. Segundo Bourdieu (2007, p. 118), “esta estrutura das relações de força simbólica exprimem-se, em um dado momento do tempo, por intermédio de uma determinada hierarquia das áreas, das obras e das competências legítimas”.

As regras de organização e as hierarquias são legitimadas pelo *habitus* daqueles que integram o campo futebolístico. Por exemplo, um atleta profissional de futebol recém-chegado no campo esportivo já vem cultivando o *habitus* desde as categorias de base e sua posição no campo irá determinar a reação desse indivíduo às estruturas consolidadas, sobretudo pelo acúmulo de capital simbólico a partir de sua origem social. Também se percebe que o jogador necessita de “olheiros”, empresários e agentes para ser revelado e contratado por um clube de futebol e, sobretudo, na realização de satisfatórias transferências financeiras. Nos processos de seleção de jogadores jovens, nem sempre o talento é a condição exclusiva, já que muitas vezes o tempo

de se mostrar nas “peneiradas” é mínimo e aqueles que são aprovados necessitam de agentes e cartas de recomendação daqueles que detêm autoridade e legitimidade dentro do campo. Essas situações mereceriam mais investigação, mas são aqui apontadas de forma introdutória para sinalizar a existência de crenças e símbolos que são aceitos e legitimados pelo *habitus* e pelas interações específicas dentro do campo.

Bourdieu (2001, p. 9) destaca que o sucesso do egresso no campo “depende da importância do capital possuído e também da aptidão de seus detentores em gerir racionalmente a reconversão sempre arriscada do capital simbólico em capital econômico”. E também se pode destacar que os que ingressam no campo são considerados como:

Partículas em um campo de forças, e suas trajetórias serão determinadas pela relação entre as forças do campo e sua inércia própria. Essa inércia está inscrita, de um lado, nas disposições que eles devem às suas origens e às suas trajetórias, e que implicam uma tendência a perseverar em uma maneira de ser, portanto, em uma trajetória provável, e, do outro lado, no capital que herdaram, e que contribui para definir as possibilidades que lhes são destinadas pelo campo. (BOURDIEU, 1996, p. 24)

Percebe-se então o futebol como um campo, cuja especialização de seus agentes ingressa objetivamente na disputa pela dominação e produção de bens simbólicos. Bourdieu (2007) expressa que cada campo possui um mercado de trocas simbólicas por meio de investimentos, ganhos, estratégias, ofertas, procuras e monopólios. O campo futebolístico produz símbolos próprios que são dotados de valor e de autoridade internas. A produção e reprodução de crenças sustentam disputas e interesses entre agentes e instituições que se espelham em relações de força entre grupos e classes.

Nessa perspectiva, o futebol é um campo constituído por um sistema simbólico o qual Bourdieu (2007, p. 9) denomina de “estrutura estruturante” na construção de formas simbólicas – não universais –, mas sociais, isto é, relativas a um grupo particular, socialmente determinadas. Sob essa ótica, o futebol pode ser considerado um sistema simbólico no qual seus agentes lutam pela construção e manutenção da realidade mediante estabelecimento de uma ordem. E essa ordem é estabelecida por intermédio de símbolos que fornecem a integração social no campo. Os sistemas simbólicos são percebidos “enquanto instrumentos estruturados de comunicação e de conhecimento que cumprem a função de imposição ou de legitimação da dominação, assegurando a dominação de uma classe sobre a outra” (BOURDIEU, 2007, p. 11).

Desde então, formas simbólicas como a vitória, altos salários de jogadores, ações e reações de torcedores, transferências milionárias, construção de estádios, pagamento por direitos de transmissão, campeonatos mais importantes do que outros, consumo de camisas e de bandeiras, leis e tribunais próprios etc. são crenças produzidas e sustentadas por princípios de regulação do campo futebolístico cujos agentes lutam pelo monopólio dessa dominação e pela consagração.

De maneira geral, os circuitos de produção e circulação material são inseparavelmente ciclos de consagração que, além disso, produzem legitimidade, isto é, ao mesmo tempo objetos sagrados e consumidores convertidos, dispostos a abordá-los como tais e pagar o preço material ou simbólico, necessário para deles de apropriarem. (BOURDIEU, 2001, p. 51)

A posse dos domínios econômico, social, cultural etc. dentro de um campo confere ao agente ou instituição maior poder simbólico interno no sentido de lhe dar legitimidade e prestígio em atribuir “o que vale ou o que não vale”. Nesse raciocínio, o poder simbólico é conceituado como:

O poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar o mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). Só se exerce se for reconhecido e residem na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 2007, p. 14)

As crenças na vitória de jogos, na conquista de campeonatos, na aquisição de jogadores talentosos, nas maiores torcidas, na posição ocupada em *rankings* etc. são formas simbólicas de sustentar a autoridade e de manter e reproduzir o campo futebolístico.

Os circuitos de torneios e de campeonatos disputados por clubes e por seleções nacionais são estratégias de dominação simbólica e de consagração dessas equipes. A *Revista Placar*, especializada em reportagens e em estatísticas sobre futebol, divulga anualmente a colocação ocupada pelos principais clubes brasileiros em um *ranking* formulado por esse órgão da imprensa. É interessante notar que os critérios de pontuação obedecem à importância atribuída aos múltiplos campeonatos realizados no Brasil. Desde então, pode-se perceber a *construção da crença* de que um torneio tem maior valor do que o outro. Tal fato permite que aqueles clubes vencedores ou que tenham obtido bom desempenho, sejam colocados em evidência no cenário nacional ou que mantenham sua “tradição vitoriosa” no campo futebolístico. Um exemplo: os campeonatos estaduais disputados no Brasil não são classificados por critérios homogêneos pela *Revista Placar*: aos vencedores dos campeonatos paulista e carioca, atribuem-se 6 pontos; enquanto que vencedores dos torneios mineiro e gaúcho recebem 4 pontos; já outros campeonatos, como os disputados no Paraná, na Bahia e em Pernambuco valem 3 pontos e assim sucessivamente se dá a classificação às outras competições estaduais. A pontuação também colabora para dar maior legitimidade e importância ao Campeonato Brasileiro: são 15 pontos conferidos ao campeão; enquanto que, outra competição de âmbito nacional, a Copa do Brasil, são atribuídos 12 pontos ao vencedor (REVISTA PLACAR, n. 1.076, 1992). Essa é uma demonstração de valorização de dados campeonatos e torneios em detrimento de outros, cujo reflexo é percebido no prestígio e na consagração de clubes, jogadores, treinadores e outros profissionais, além da estima dos torcedores. Proporcionalmente, elevam-se a arrecadação de bilheterias, patrocinadores ou

transações envolvendo atletas e em premiações distintas a partir da competição disputada, além da visibilidade explorada pela mídia esportiva. Situação similar é visualizada pela trajetória percorrida por seleções nacionais cujo prestígio é alimentado pelas vitórias em Copas do Mundo ou em competições continentais, além de *rankings* periodicamente divulgados pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), ou no caso de clubes pela Federação Internacional de História e Estatística do Futebol (IFFHS). Inversamente, ocorre que as derrotas e fracassos das equipes nos campeonatos mais bem classificados pela crença futebolística resultam na desvalorização de jogadores e de treinadores, além da perda de receitas econômicas e do prestígio em manter a autoridade dentro do campo.

4. Considerações finais

Este artigo demonstrou como o futebol pode se inscrever na teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Assim como ele considerou a literatura como subcampo artístico, sugeriu-se aqui que o futebol pode ser caracterizado como um subcampo esportivo. Desde então, foram remetidas breves definições sobre a teoria dos campos e o conceito de *habitus*.

De forma geral, foram reproduzidas as considerações de Bourdieu acerca do campo esportivo no sentido de contribuir para análise introdutória sobre o futebol, sobretudo a partir de sua instituição como esporte moderno.

A autonomia adquirida no futebol é percebida na produção e na reprodução de suas crenças, sobretudo na vitória, nas rivalidades, nos valores astronômicos que compreendem salários e direitos sobre jogadores. Também a existência de regras próprias e tribunais na resolução de conflitos. O futebol, assim como o esporte moderno, por meio da trajetória de profissionalização contribuiu para a efetivação da autonomia de seu campo. Um campo permeado por disputas objetivas entre seus agentes que se utilizam do *habitus* para transitar no campo e especializar cada vez mais em hierarquias na busca pelo domínio simbólico e pela consagração interna.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Trad. Cássia Silveira, Denise Pregorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O Costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. *Educação*

em Revista, Belo Horizonte, Faculdade de Educação, UFMG, n. 34, p. 7-66, dez. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 7. ed. Trad. Mariza Correa. Campinas, SP: Papius, 2005.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun. 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Trad. Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MICELI, Serge. Introdução: a força do sentido. In BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. 6. ed., São Paulo: Perspectiva, 2007, p. vii-lxi.

MURRAY, Bill. *Uma história do futebol*. Trad. Carlos Szlak, São Paulo: Hedra, 2000.

ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água, 2003.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. As transformações na estrutura do futebol brasileiro: o fim das torcidas organizadas nos estádios de futebol. In: COSTA, M. R. *et al.* (Org.). *Futebol: espetáculo do século*, São Paulo: Musa Editora, 1999, p.131-145.

REVISTA PLACAR, n. 1076, São Paulo: Editora Abril, 1992.

SANTOS, Tarcyane Cajueiro. Os primeiros passos do profissionalismo ao futebol como megaevento. Texto apresentado no Congresso da Intercom (Rio de Janeiro), 3 a 9 set. 1999.

SANTOS NETO, José Moraes. *Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

VANDENBERGUE, Frédéric. A construção e crítica da nova sociologia francesa. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 315-366, maio/ago. 2006.